

*Olô Brasil*

Cardoso diz que a desindexação abrangerá mais do que salários

Ele garantiu que o salário mínimo não vai mudar até maio de 1996

por Maria Aparecida Damasco
de São Paulo

O presidente Fernando Henrique Cardoso garantiu ontem, em entrevista coletiva durante o Encontro Econômico do Mercosul, que o governo não tem nenhuma intenção de impor uma desindexação unilateral, restrita aos salários. Fernando Henrique afirmou também que não há nenhuma decisão definitiva sobre essa questão. Em relação a aposentadorias e pensões, a definição não depende da equipe econômica, pois a própria Constituição exige uma referência para a atualização desses valores. O salário mínimo, segundo o presidente, só deverá ser reajustado em maio do ano que vem — e, portanto, não se justifica uma discussão no momento.

Fernando Henrique rechaçou também as críticas em relação aos efeitos da política de contenção do

consumo sobre o mercado de trabalho. A recente redução de empregos na indústria paulista, em sua opinião, é insignificante diante da criação de 19 mil postos de trabalho, do começo do ano para cá. Com a justificativa de que não é economista, negou-se a fazer qualquer avaliação sobre mudanças na política cambial e sobre uma eventual extensão da política de cotas de importação a outros setores.

A questão das cotas para carros também foi comentada por Fernando Henrique, durante a entrevista. “O Brasil não tem qualquer interesse em causar prejuízos a quem quer que seja. Vamos negociar”, disse ele. “Não há intenção de tratar o Mercosul como o restante dos países”, afirmou, ponderando, entretanto, que conta com a cooperação de seu principal parceiro no Mercosul, a Argentina.

“Quando o ministro Cavallo (Domingo Cavallo, que ocupa a pasta da Economia, na Argentina) precisou criar o imposto de estatística nós cooperamos. E é nesse espírito que trabalhamos hoje”, afirmou.

Ainda em relação à política de cotas, o presidente Fernando Henrique insistiu em que as divergências atuais não representam nenhuma crise. Ele citou o exemplo da União Européia, cujo processo de formação envolveu choques bem mais fortes.

O porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amaral, confirmou a realização de encontro com os integrantes das equipes econômicas do Brasil e da Argentina, para iniciar as negociações em torno de um regime automotivo. Segundo o porta-voz, a reunião começou com um esclarecimento do governo brasileiro a respeito da me-

dida provisória que fixou as cotas para importação de carros. Até o momento, a MP não havia sido totalmente compreendida pelos argentinos.

DUAS ETAPAS

Segundo Amaral, as negociações entre os dois países envolvem duas etapas. Na primeira, será acertado um esquema de transição para compatibilizar os interesses da economia brasileira com os compromissos do Mercosul. Em seguida, serão discutidos os termos de um regime automotivo conjunto. O porta-voz reconheceu que haverá necessidade de harmonização do regime argentino — já em funcionamento — com o regime brasileiro, ainda em fase de montagem. A idéia original era que esse regime conjunto entrasse em vigor em 1997, mas a intenção agora é antecipar esse prazo.